

Nota Informativa

Edição 129/2023

DESTAQUES

Desoneração da folha será votada no plenário da Câmara dos Deputados na próxima semana

CAE aprova marco legal das 'stock options'

STF quer regular uso da Inteligência Artificial antes de o Congresso tomar uma decisão

Definição de inteligência artificial na LGPD tem impasse no Senado

BNDES capta US\$ 500 mi com CDB para investimentos em energia, economia verde e alta tecnologia

CCDD avaliará sistemática de gestão do Fust

Câmara conclui votação do arcabouço fiscal e preserva Fundeb e FCDF

Sebrae quer consolidar o Startup Summit como principal evento do ecossistema brasileiro

Abragames lidera comitiva que vai à Alemanha com cerca de 60 estúdios brasileiros de games para participar da gamescom

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Faixa de frequência do 5G será liberada para mais 100 cidades

Novo PAC vai ampliar o acesso à internet banda larga em todas as regiões do Brasil

Anatel: Salvo conduto às Big Techs foi erro e exige regulação

Governo lança novo edital para contratar startups que desenvolvam soluções de Inteligência Artificial

Fase de testes do FGTS Digital é lançada com apoio da Startup GOV.BR

Anatel quer colocar o Brasil entre os 20 países mais conectados do mundo

REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado deve aprovar projeto melhor do que sistema tributário atual, diz Appy

Bernardo Appy diz à CCJ que reforma tributária trará crescimento econômico

Renan defende fatiar reforma para acelerar mudanças tributárias

Reforma Tributária em discussão no Congresso é estratégica para desenvolvimento sustentável e equidade regional, defendem parlamentares

Bernard Appy e Simone Tebet ressaltam confiança no bom andamento dos trabalhos no Senado

Maioria dos senadores defende reduzir lista de exceções da reforma tributária, indica pesquisa

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por que os candidatos de Pacheco e Moraes ficaram de fora da lista do STJ

Indicado à Ancine, Alcoforado defende consensos frente aos desafios do audiovisual

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Comissão do Senado aprova relatório do Carf

Haddad diz que arcabouço fiscal 'caminha para equilíbrio' das contas públicas e indica próximos passos

PAC prevê usar quase 90% do piso de investimentos criado pelo arcabouço fiscal

Arrecadação federal soma R\$ 1,344 trilhão entre janeiro e julho de 2023

Tebet diz que políticas públicas serão aperfeiçoadas

POLÍTICA

Lula usa programa com apelo eleitoral para atrair PP para a base do governo

Consequências da retração chinesa ainda não estão claras, diz Haddad

Governo é derrotado em comissão da Câmara na PEC do BNDES, mas manobra para evitar votação

Lula quer tirar dinheiro de ministério do MDB para inflar órgãos dados ao centrão

Qual será o plano B para a taxação das offshores?

Governo editará Medida Provisória para tributar fundos exclusivos

Senadores cobram fim da desigualdade digital em audiência com presidente da Anatel

Lira diz não ser contra taxar fundos, mas defende planejamento

Líder do governo confirma acordo para retirar offshores da MP do reajuste do salário mínimo

RELAÇÕES EXTERIORES

Líderes do Brics concordam em expandir bloco, diz chanceler da África do Sul

Moeda para transações reduz vulnerabilidades do Brics, diz Lula

Cúpula do Brics tem plenária principal na quarta-feira

Lula participa de reunião com líderes do Brics em segundo dia de agenda na África do Sul

Líderes do Brics poderão anunciar novos membros na quinta-feira

Fórum Empresarial do Brics mostrou força do bloco, diz Lula

DESTAQUES

Desoneração da folha será votada no plenário da Câmara dos Deputados na próxima semana

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 20h44min

O projeto de lei 1.016/2023, que trata da desoneração da folha de pagamento será votado na próxima terça-feira, 29, no plenário da Câmara dos Deputados. O presidente da casa, deputado Arthur Lira (PP-AL) disse em coletiva que a ideia é votar o pedido de urgência e na sequência o mérito da matéria. O acordo para o texto seguir imediatamente para plenário foi fechado na reunião de líderes que aconteceu na terça-feira, 22. O projeto prorroga a desoneração da folha de pagamentos até o fim de 2027. O texto altera a Lei 12.546, de 2011, que prevê o benefício somente até o final deste ano. Para compensar a prorrogação da desoneração, o texto ainda estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação, que também, pela lei atual, só vai até dezembro. A desoneração consiste na opção de substituir a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários pela incidência sobre a receita bruta. Os 17 setores alcançados pela medida são: confecção e vestuário, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, TI (tecnologia da informação), TIC (tecnologia de comunicação), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CAE aprova marco legal das 'stock options'

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 18h22min

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou um marco legal (PL 2724/2022) para a “opção de compra de ações” de empresas estreatantes, as chamadas startups. Objetivo da proposta, do senador Carlos Portinho (PL-RJ) é dar segurança jurídica aos incentivos oferecidos a funcionários com a promessa de ganhos futuros por conta do sucesso do empreendimento. O relator, Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), disse que a opção de compra de ações” é a melhor forma de distribuição de lucros e resultados. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF quer regular uso da Inteligência Artificial antes de o Congresso tomar uma decisão

Poder Judiciário | 23/08/2023 – 15h28min

O ministro Alexandre de Moraes, numa de suas últimas conferências, voltou a deixar claríssimo, mais uma vez, o tamanho do abismo que está sendo aberto entre dois tipos de Brasil. O primeiro é o Brasil que funciona segundo determinam as regras da Constituição Federal. O segundo é o Brasil como o STF acha que ele tem de ser. No Brasil constitucional, as leis que afetam todos os brasileiros têm de ser aprovadas pelo Congresso Nacional – todas as leis, sobre todos e quaisquer assuntos, sem exceção. No Brasil de Alexandre de Moraes e da maioria de seus colegas, o Supremo tem o direito, e possivelmente o dever, de criar leis em áreas sobre as quais o Congresso ainda não tomou decisões. Não é assim em nenhuma democracia séria do mundo. Lá só os eleitos pelo voto livre e universal dos cidadãos têm o direito de aprovar uma lei - e só a suprema corte tem o direito de resolver se a Constituição está sendo obedecida nas questões que são levadas ao seu julgamento. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Definição de inteligência artificial na LGPD tem impasse no Senado

Poder Legislativo | 23/08/2023

O projeto de lei que coloca tomadas de decisão a partir de Inteligência Artificial (IA) no guarda-chuva da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) encara impasse na Comissão de Comunicação e Direitos Digitais (CCDD) do Senado Federal. Na quarta-feira, 23, o presidente do colegiado e relator da proposta, Eduardo Gomes (PL-TO), afirmou que retirou seu parecer favorável da pauta a pedido da liderança do Governo. O projeto, PL 4496/2019, de autoria do senador Styvenson Valentim (Podemos/RN), inclui na LGPD a definição de “decisão automatizada”, como o “processo de escolha, de classificação, de aprovação ou rejeição, de atribuição de nota, medida, pontuação ou score, de cálculo de risco ou de probabilidade, ou outro semelhante, realizado pelo tratamento de dados pessoais utilizando regras, cálculos, instruções, algoritmos, análises estatísticas, inteligência artificial, aprendizado de máquina, ou outra técnica computacional”. O termo já consta na LGPD, mas sem uma definição expressa. Ele é mencionado no capítulo sobre os Direitos do Titular, no dispositivo que obriga os controladores de dados a “fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial”. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BNDES capta US\$ 500 mi com CDB para investimentos em energia, economia verde e alta tecnologia

Poder Executivo | 23/08/2023

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o China Development Bank (CDB), instituição de fomento do país asiático, assinaram contrato de empréstimo externo no valor de US\$ 500 milhões na terça-feira, 22, na África do Sul, durante a 15ª Cúpula dos BRICS. A diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, participou da cerimônia de assinatura. O presidente do Banco, Aloizio Mercadante, destacou a relevância da parceria: “Esta captação com o CDB é mais um passo na direção da diversificação das fontes de recursos para o BNDES, gerando, futuramente, mais emprego e mais renda em nosso País. As captações com organismos internacionais têm papel relevante na retomada dos desembolsos do Banco. Por isso, o BNDES vem envidando esforços para concretizar tais operações de captação, tanto com parcerias institucionais tradicionais, nas quais já existe um longo histórico de cooperação, como também nas operações com novos parceiros”. Os recursos do empréstimo externo, que contará com prazo de pagamento de até três anos, serão utilizados como parte do orçamento de investimentos do BNDES para operações de financiamento nas linhas já

disponibilizadas pelo Banco aos clientes finais, o que inclui a promoção do comércio bilateral entre Brasil e China. Os clientes destas linhas de financiamento são empresas privadas e entes públicos que demandam crédito do BNDES. Os investimentos, nas condições previstas nas políticas operacionais do Banco, poderão ser feitos em diversos setores, como infraestrutura, energia, manufatura, petróleo e gás, agricultura, mineração, saneamento, agenda ESG, mudança climática e desenvolvimento verde, prevenção a epidemias, economia digital, alta tecnologia e gestão municipal, entre outros. Fonte: ASCOM BNDES

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CCDD avaliará sistemática de gestão do Fust

Poder Legislativo | 23/08/2023 – 12h14min

A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) vai avaliar o novo modelo de governança, gestão e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) em 2023. O pedido de avaliação dessa política pública foi feito pelo presidente da CCDD, Eduardo Gomes (PL-TO). O (REQ 5/2023) foi aprovado na quarta-feira (23) em reunião deliberativa. Criado pela Lei 9.998 o FUST tem por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço. A Lei passou por várias modificações nos últimos anos. Antes, o fundo era voltado apenas para a universalização da telefonia fixa, agora, os recursos também são aplicados em esforços para a ampliação do acesso à internet. Outra mudança, por exemplo, é a possibilidade de concessão de crédito para operadoras de menor porte, a fim de expandir a conexão em regiões do interior do país. Além disso, as alterações legislativas aprovadas aprimoraram o aspecto institucional e o sistema de governança do Fundo. Na medida em que passa a ser gerido por um Conselho Gestor. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara conclui votação do arcabouço fiscal e preserva Fundeb e FCDF

Poder Executivo | 22/08/2023 – 22h11min

Câmara dos Deputados concluiu na terça-feira (22) a votação do projeto do arcabouço fiscal (PLP 93/23). Na sessão do Plenário, foram aprovadas três emendas do Senado ao novo regime fiscal para as contas da União, que vai substituir o atual teto de gastos públicos. A proposta será enviada à sanção presidencial. Os parlamentares seguiram o parecer do relator, deputado Claudio Cajado (PP-BA), e deixaram de fora do limite de despesas do Poder Executivo os gastos com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Esses itens constam de duas emendas, aprovadas por 379 votos a 64. Outra emenda aprovada na noite de terça apenas fez ajustes de redação no projeto. De acordo com o texto, as regras procuram manter as despesas abaixo das receitas a cada ano e, se houver sobras, elas deverão ser usadas apenas em investimentos, buscando trajetória de sustentabilidade da dívida pública. Assim, a cada ano haverá limites da despesa primária reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e também por um percentual do quanto cresceu a receita primária descontada a inflação. Se o patamar mínimo para a meta de resultado primário, a ser fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não for atingido, o governo deverá, obrigatoriamente, adotar medidas de contenção de despesas. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sebrae quer consolidar o Startup Summit como principal evento do ecossistema brasileiro

Poder Executivo | 23/08/2023

O Startup Summit 2023 acontecerá na semana, de 23 a 25 de agosto, em Florianópolis (SC), com mais de 200 palestrantes em 21 trilhas de conteúdo. Organizado em parceria entre Sebrae, Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE) e Associação Empresarial de Florianópolis (ACIF), o evento traz, pela primeira vez, mais de 850 startups selecionadas para participarem gratuitamente, proporcionando um ambiente propício para conexões, oportunidades de negócios e compartilhamento de conhecimentos. Em sua sexta edição, o evento já é considerado um dos principais do ecossistema de startups, justamente por promover a reunião de empreendedores, investidores, corporações e outros atores importantes no cenário de inovação. Com ingressos presenciais esgotados 45 dias antes do início, serão 10 mil participantes de modo físico e uma expectativa de 30 mil inscritos para a versão on-line e gratuita do evento. Mas o Sebrae quer alcançar novos patamares com o desenvolvimento do ecossistema em Santa Catarina, visando fortalecer o polo de startups da entidade em âmbito nacional. Décio Lima, presidente do Sebrae, reitera a importância do empreendedorismo na esfera da inovação como um pilar fundamental para o progresso sustentável do país em longo prazo. Fonte: ANPROTEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Abragames lidera comitiva que vai à Alemanha com cerca de 60 estúdios brasileiros de games para participar da gamescom

Mercado | 23/08/2023

Uma comitiva com cerca de 60 estúdios brasileiros de desenvolvimento de jogos está prestes a atravessar o Atlântico para levar ao mercado global grandes novidades, experiências e produtos da indústria nacional. Liderada pela Abragames (Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Games), por meio do Brazil Games – projeto setorial de exportação realizado pela associação em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (ApexBrasil) –, a delegação participará de dois dos principais eventos de games da Europa: a devcom (Developer Conference), que tem foco no ecossistema de desenvolvedores e acontece de 20 a 22 de agosto, e a gamescom, o maior evento de games do mundo para consumidores e a maior plataforma de negócios do setor na Europa, que acontece entre 23 e 27 de agosto. Ambos os eventos acontecem em Colônia, na Alemanha. “A viagem deste ano tem um significado muito especial para a indústria brasileira de desenvolvimento de games. Além de contar com a incrível presença de quase 60 estúdios – um crescimento de cerca de 26% em relação ao ano passado –, o Brasil será o grande homenageado da gamescom em reconhecimento ao importante polo de desenvolvimento em que o País tem se transformado”, comemora Rodrigo Terra, presidente da Abragames. Fonte: Apex Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Faixa de frequência do 5G será liberada para mais 100 cidades

Poder Executivo | 23/08/2023 – 12h46min

A partir da próxima segunda-feira (28), operadoras que adquiriram lotes na faixa de 3,5 GHz poderão solicitar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) o licenciamento e ativação de estações de 5G em mais 100 cidades brasileiras – sendo 73 municípios do Rio Grande do Sul e outros 27 em Santa Catarina. Com estas liberações, o Brasil alcança a marca de 1.812 municípios nos quais foi liberada a utilização da faixa de 3,5 GHz por estações do 5G standalone. No total, esses locais abrigam mais de 122 milhões de brasileiros – quase 60% da população do país. De acordo com a Anatel, essa liberação da

faixa não significa que redes do 5G serão instaladas de imediato nas localidades. A instalação antecipada de estações de quinta geração depende do planejamento individual de cada prestadora. “A liberação da faixa do 5G é uma das primeiras etapas desse trabalho contínuo que o Governo Federal desenvolve, de norte a sul do país, para levar a quinta geração de dados móveis a todo brasileiro, a toda escola e unidade de saúde. Os compromissos das operadoras vencedoras do leilão do 5G vão até 2030, mas seguimos trabalhando para adiantar esse prazo”, afirma o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Cidadãos que ainda não possuem TV Digital e ainda recebem as transmissões da TV Aberta pela antena parabólica precisam adaptar o equipamento para evitar eventuais interferências. O Governo Federal oferece kits gratuitos para famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). É fundamental que seja realizado agendamento para a instalação dos novos equipamentos. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Novo PAC vai ampliar o acesso à internet banda larga em todas as regiões do Brasil

Poder Executivo | 23/08/2023 – 11h33min

Com investimento de R\$ 1,9 bilhão, o Novo PAC vai construir e ampliar 28 infovias pelo Brasil, sendo 18 estaduais, 8 regionais e 2 nacionais. Conhecidas como estradas digitais, as Infovias irão ampliar a capacidade de tráfego de dados e expandir a disponibilidade de banda larga, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Para o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, prover conectividade universal para todos dentro dos próximos anos é um compromisso assumido pelo Governo Federal. “Estamos fazendo investimentos expressivos com enorme progresso em relação a essa meta. Só na Região Norte entregamos duas Infovias e outras seis estão em andamento. Com o Novo PAC, vamos acelerar a construção de toda essa infraestrutura que irá transformar a realidade de milhões de brasileiros”, explica o ministro. O investimento será dividido em R\$ 1,6 bilhão para Infovias regionais e estaduais; R\$ 200 milhões para a seleção de novas Infovias no Norte e Nordeste; e R\$ 100 milhões para Infovias nacionais voltadas para educação e pesquisa. Os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União dos ministérios das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Leilão do 5G. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel: Salvo conduto às Big Techs foi erro e exige regulação

Poder Executivo | 23/08/2023

A internet libertária já era, ou nunca foi. Dominada por corporações, a rede ataca o próprio criador, sinal que evidencia a necessidade de rever o modelo de inimizabilidade do meio. E se haverá regras, ninguém melhor que a Anatel para garantir seu cumprimento. Na quarta, 23/8, ao abrir o simpósio Democracia, desinformação e plataformas digitais, o presidente da agência, Carlos Baigorri, voltou a insistir que a Anatel é o órgão mais próximo de responder à missão de coibir a desinformação. “A Anatel é quem dá enforcement às decisões judiciais de remoção de conteúdos. Esse é um dos argumentos mais fortes de porque o regulador de telecomunicações deve ser o agente que regula, fiscaliza e sanciona a temática de fake news e desinformação. Porque é essa instituição que consegue dar efetividade à lei”, disse. Durante o evento, promovido pelo O presidente da Anatel acredita que a regulação se mostra necessária diante do que avalia como fracasso do modelo de inimizabilidade da rede previsto no Marco Civil da Internet, a Lei 12.965/14. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo lança novo edital para contratar startups que desenvolvam soluções de

Inteligência Artificial

Poder Executivo | 22/08/2023 – 17h25min

O governo federal lançou na segunda-feira (21/8) o segundo edital da seleção pública para apoiar projetos de startups de desenvolvimento de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) para aplicações em desafios tecnológicos do Poder Público Federal. A iniciativa é do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e conta com apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). “Com satisfação, a gente lança hoje esta nova chamada pública para o desenvolvimento de soluções baseadas em inteligência artificial para o setor público. Nós já celebramos os primeiros contratos com startups e agora renovamos o nosso apoio à superação dos desafios tecnológicos da administração pública”, explica a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos. Para a ministra, o Brasil possui uma rica produção de conhecimento científico, mas precisa avançar na conexão entre este conhecimento e as demandas da sociedade. “Vamos investir R\$ 36 milhões em recursos para melhorar a eficiência, proatividade e qualidade dos serviços oferecidos. Este recurso reflete o compromisso de nosso governo de atender as demandas da sociedade e dos cidadãos brasileiros”, complementou. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fase de testes do FGTS Digital é lançada com apoio da Startup GOV.BR

Poder Executivo | 22/08/2023 – 17h25min

Mais uma solução digital do Programa Startup GOV.BR já está disponível para a população brasileira. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou no último sábado (19/8) a fase de testes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço Digital (FGTS Digital). A iniciativa do MTE contou com apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o sistema está sendo desenvolvido pelo Serpro. A medida deve gerar uma economia de R\$ 170 milhões aos cofres públicos ao ser implantado em janeiro de 2024. O FGTS Digital é um conjunto de sistemas criados para gerenciar os diversos processos relacionados ao cumprimento da obrigação de recolhimento do FGTS. É uma solução digital para facilitar o cumprimento dessa obrigação pelos empregadores e, assim, assegurar que os valores devidos aos trabalhadores sejam efetivamente depositados em suas contas vinculadas. Por meio do FGTS Digital, os empregadores poderão emitir guias rápidas e personalizadas, consultar extratos, solicitar compensação ou restituição de valores, contratar parcelamentos, tudo de forma simples e ágil, e com autenticação pela Plataforma GOV.BR. Mais informações sobre o cronograma de implantação do FGTS estão disponíveis no portal do MTE. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel quer colocar o Brasil entre os 20 países mais conectados do mundo

Poder Executivo | 22/08/2023

Anatel, representada pelo seu presidente, Carlos Baigorri, participou na terça-feira (22/8) de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado, em que foram apresentados os planos de atuação para regulação e estratégias do setor de telecomunicações para atender às necessidades da sociedade. Carlos Baigorri disse que a Anatel está em um momento de reposicionamento, em que lida com temas como a instalação e a fiscalização do funcionamento de orelhões e, ao mesmo tempo, atua no enfrentamento aos desafios decorrentes das transformações digitais, como a ampliação da conectividade significativa, entendida como a utilização da internet de forma a agregar benefícios à vida dos usuários. O presidente da Anatel lembrou que a Anatel fundamenta

suas ações no Planejamento Estratégico 2023-2027, nos quais as metas para o período estão estabelecidas. Esclareceu que a missão da Agência é promover o desenvolvimento da conectividade e da digitalização do Brasil em benefício da sociedade, com a visão de ser uma instituição ativa na transformação digital no país, atraindo investimento e promovendo mercados dinâmicos com serviços de qualidade para colocar o Brasil no G-20 Digital, na lista dos 20 países mais conectados do mundo. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado deve aprovar projeto melhor do que sistema tributário atual, diz Appy

Poder Executivo | 23/08/2023 – 11h28min

O secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, afirmou na quarta-feira (23) que a expectativa é que o Senado aprove um texto melhor do que o sistema atual. Em painel da 24ª Conferência Anual do Santander sobre desafios da reforma tributária, Appy disse que é natural que exceções sejam feitas para viabilizar o projeto politicamente, mas a proposta resolve grande parte dos problemas atuais. “Minha expectativa é que se aprove no Senado um texto muito bom, melhor do que o sistema que temos hoje”, afirmou Appy. “Essas exceções [setoriais] são absolutamente necessárias para viabilizar a aprovação da reforma. O ideal seria aprovar um texto sem exceções, de caráter técnico. Mas sabíamos que, politicamente, isso inviabilizaria a aprovação. Algumas exceções teriam de ser abertas, principalmente partindo de graus diferentes de tributação dos setores.” Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Bernardo Appy diz à CCJ que reforma tributária trará crescimento econômico

Poder Legislativo | 23/08/2023 – 09h25min

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realizou na terça-feira (22) a primeira audiência pública sobre a reforma tributária (PEC) 45/2019. Principal formulador da proposta de emenda à Constituição, o economista Bernardo Appy, que hoje comanda a Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária, no âmbito do Ministério da Fazenda, afirmou que o texto já aprovado pelos deputados trará crescimento econômico ao país. Ele observou que o modelo atual provoca inúmeros litígios quanto à cobrança de impostos, o que leva à insegurança jurídica e atrapalha o crescimento da economia. Também convidado à audiência pública da CCJ, o ex-secretário da Receita Everardo Maciel disse que a PEC deixa muitos dispositivos a regulamentar, que a seu ver mais tarde podem levar a aumento da carga tributária. Já o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que incluiu oito audiências no plano de trabalho para discutir e votar a reforma tributária, salientou que é preciso assegurar a simplificação. Ele disse que o Brasil vive um “manicômio tributário”. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Renan defende fatiar reforma para acelerar mudanças tributárias

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 22h

Para destravar a reforma tributária no Senado, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) sugere promulgar inicialmente pontos comuns, como a criação do novo IVA (Imposto sobre Valor Adicional), e votar após uma discussão mais aprofundada itens com maior resistência. No Senado, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), pretende votar o parecer na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na primeira semana de outubro. Antes, ele quer ouvir representantes dos setores de serviços, indústria, agronegócio, cooperativismo, estados e municípios. diz que as divergências em torno de outros pontos da reforma, como a alíquota

menor para determinados bens e serviços e o conselho federativo, podem ser discutidos com mais calma sem prejudicar os pontos comuns —ele, por exemplo, diz ser contra qualquer mudança que distorça o critério de igualdade entre os entes federados. "Defendo que sejam promulgados de uma vez os pontos em que há acordo entre as duas Casas e o restante seja discutido de forma separada. Digo isso tendo em vista o que aconteceu com o arcabouço, em que mesmo os pontos acabam virando objeto de pressão", afirmou o senador. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma Tributária em discussão no Congresso é estratégica para desenvolvimento sustentável e equidade regional, defendem parlamentares

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 20h04min

A primeira mesa do Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, iniciativa do Ministério do Planejamento e Orçamento, realizada na terça-feira (22/8) foi "Reforma Tributária: Congresso Nacional, Governo e o Pacto para o Desenvolvimento". O painel reuniu os deputados Baleia Rossi, Aguinaldo Ribeiro, Reginaldo Lopes, Tábata Amaral e Sidney Leite, e o senador Randolfe Rodrigues. Os trabalhos foram mediados por Leany Lemos, secretária de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento. O deputado federal Baleia Rossi, autor da PEC 45/2019, que deu origem ao projeto que agora tramita no Congresso Nacional, foi o primeiro a falar. Ele chamou atenção para o impacto positivo da Reforma Tributária. "No final, todos vão ganhar", disse. Rossi destacou, em sua fala, a convicção por parte dos parlamentares que este é um debate fundamental para a economia. Isso, segundo o deputado, motivou um árduo trabalho por parte da Câmara dos Deputados, que concretizou uma proposta que atendesse às necessidades e particularidades do Brasil. O relator da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro, por sua vez, endossou a fala de Rossi ao dizer que trata-se de uma pauta estrutural do país e construída com muito diálogo. "Esse texto já é fruto da discussão nas duas casas, mas tenho certeza que o Senado vai trazer avanços", afirmou. Ribeiro lembrou que partes do texto final da proposta aprovada pelos deputados foram incorporadas da PEC 110/2019, iniciativa do senador Davi Alcolumbre, como o caso do IVA Dual, que prevê a uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, substituindo PIS e Cofins, e um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), subnacional, se sobrepondo ao estadual ICMS e ISS. Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Bernard Appy e Simone Tebet ressaltam confiança no bom andamento dos trabalhos no Senado

Poder Executivo | 22/08/2023 – 18h33min

Confiança na qualidade do trabalho a ser realizado pelos senadores para aprimoramento do texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, aprovado na Câmara dos Deputados em julho. Essa foi a tônica das manifestações do secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, e da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, durante evento promovido na segunda-feira (21/8) pelo Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. "Tenho convicção de que vamos aprovar essa reforma até outubro", afirmou Simone Tebet. "Há um compromisso do Senado nesse sentido", acrescentou. A ministra disse acreditar que, após a volta do texto para a Câmara, para ajustes, haverá condições para a promulgação da emenda constitucional até o fim de dezembro próximo, com a aprovação, na sequência, da legislação infraconstitucional (leis complementares). Segundo Simone Tebet, o governo federal – citando nominalmente ela própria, o secretário Appy e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad – já ouviu demandas dos senadores, que estão cientes de que, quanto mais exceções (tratamentos favorecidos), maior a possibilidade de aumento da

alíquota padrão. Ela observou que um fator que poderá contribuir para o bom andamento dos trabalhos é a experiência de muitos senadores no Poder Executivo, como governadores e ministros. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Maioria dos senadores defende reduzir lista de exceções da reforma tributária, indica pesquisa

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 16h18min

Pesquisa da consultoria Arko Advise sobre a reforma tributária realizada junto a uma amostra de senadores sugere que a Casa deve reduzir a chamada lista de exceções aprovada pela Câmara. Segundo o relatório do estudo, 68% dos senadores ouvidos no levantamento são favoráveis à redução. Representantes do governo que lidam com o tema afirmam que quanto maior for a lista de exceções -- setores beneficiados com alíquotas menores --, maior terá que ser o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal a ser aplicado ao resto da sociedade. Entre os setores beneficiados pela Câmara estão produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura. Também constam produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais. E ainda atividades desportivas e produtos de higiene pessoal, entre outros. Em uma apresentação realizada na segunda-feira (21) na Fiesp, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, acenou positivamente com a possibilidade de um IVA de 25% desde que o número de exceções seja baixo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por que os candidatos de Pacheco e Moraes ficaram de fora da lista do STJ

Poder Judiciário | 23/08/2023 – 13h49min

Nomes com padrinhos de peso ficaram fora das listas de indicados para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), votada na quarta-feira (23) por membros da corte. Na votação realizada pelos 30 ministros, o advogado Luis Cláudio Chaves, apoiado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não entrou na lista tríplice que será enviada a Lula. Entre os desembargadores, Airton Vieira, do Tribunal de Justiça de São Paulo, e afilhado político do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, também não ficou entre os quatro nomes que serão encaminhados ao Executivo. Destes, Lula vai escolher dois para integrarem o STJ. Entre ministros do tribunal, a avaliação é que os dois foram eliminados por atuação das bancadas de seus estados dentro do próprio STJ. No caso de Luis Cláudio Chaves, houve a leitura de ministros mineiros do tribunal de que, como José Afrânio Vilela, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, já havia entrado na lista de desembargadores, votada antes, não seria interessante ter o nome apoiado por Pacheco na lista dos advogados. A avaliação era a de que o presidente do Senado só trabalharia para seu afilhado. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Indicado à Ancine, Alcoforado defende consensos frente aos desafios do audiovisual

Poder Executivo | 22/08/2023 – 18h50min

Em sabatina realizada na Comissão de Educação (CE) na terça-feira, 22, Paulo Alcoforado, indicado para ocupar uma das vagas na diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine), disse que é preciso buscar consensos sobre os desafios por quais passa o setor audiovisual brasileiro. Alcoforado foi indicado pela Presidência da República para exercer o cargo de Diretor na agência reguladora na vaga deixada por Mariana Ribas da

Silva, que renunciou ainda em 2019. Paulo Alcoforado foi aprovado pelos Senadores na Comissão de Educação por 17 votos a favor e quatro contrários. Agora, o nome será enviado em regime de urgência ao Plenário da casa. Segundo o indicado, é preciso criar consensos para que o Brasil avance em uma política pública de fomento e estímulo ao audiovisual brasileiro. "Precisamos conquistar o Brasil, e isso passa por uma articulação com atores públicos e privados. Todos os atores devem conversar e buscar consensos sobre como fortalecer o audiovisual brasileiro", afirmou. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Comissão do Senado aprova relatório do Carf

Poder Legislativo | 23/08/2023 – 14h39min

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o relatório do senador Otto Alencar (PSD-BA) sobre o projeto de lei (PL) que devolve o voto de qualidade ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) na quarta-feira (23). Com 14 votos sim e 7 não, o texto agora vai ao plenário da Casa para apreciação dos demais senadores. Otto Alencar acatou apenas uma emenda de redação. O voto de qualidade define que conselheiros representantes da Fazenda Nacional, que são os presidentes de turmas e câmaras no Carf, poderão desempatar as votações a favor da União. O texto da Câmara também elevou o limite para o acesso ao Carf, programa de autorregularização tributária criado pela Receita Federal onde os contribuintes serão classificados de acordo com o seu grau de conformidade e podem receber benefícios, como prioridade no atendimento e até não aplicação de penalidades, entre outras inovações. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad diz que arcabouço fiscal 'caminha para equilíbrio' das contas públicas e indica próximos passos

Poder Executivo | 23/08/2023 – 13h18min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira que o arcabouço fiscal "caminha para o equilíbrio" das contas públicas. Mas disse que ainda é preciso, com as medidas propostas pelo governo federal para zerar o déficit primário no ano que vem, "estabelecer" e "acelerar" o ritmo em busca do equilíbrio. O arcabouço foi aprovado na terça-feira (22) em caráter terminativo pela Câmara dos Deputados e agora depende apenas de sanção presidencial para entrar em vigor. "Temos uma etapa pela frente que é dar sequência ao arcabouço, com a Lei Orçamentária [de 2024] e as medidas que acompanham a Lei Orçamentária para fazer valer o objetivo de acelerar o passo em relação a esse equilíbrio", disse em entrevista coletiva em Joanesburgo, na África do Sul, onde está sendo realizada a Cúpula dos Brics. Haddad agradeceu ao Congresso Nacional e aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pela aprovação do arcabouço. Segundo ele, a "votação expressiva" que a nova regra para as contas públicas da União teve nas duas casas legislativas mostra que "encontrou-se um denominador comum entre forças que pareciam antagônicas". Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PAC prevê usar quase 90% do piso de investimentos criado pelo arcabouço fiscal

Poder Executivo | 22/08/2023 – 18h21min

O governo Lula optou por prever um valor que corresponde a cerca de 88% do piso mínimo de investimentos da União, que será criado com o arcabouço fiscal, nas estimativas orçamentárias iniciais do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O texto que

atualiza as bases fiscais do País, à espera de uma última votação pela Câmara dos Deputados, definiu que pelo menos 0,6% do PIB do ano precisa ser destinado a investimentos. Conforme a última previsão do Ministério da Fazenda para 2024 — usada para o governo elaborar a peça orçamentária —, esse piso para o próximo ano ficará em R\$ 68 bilhões. “Tomamos o cuidado de fazer uma estimativa a partir de 2023 e anos anteriores, para ver o quanto equivale ao PAC no orçamento. Aí chegamos nessa conta. Não pegamos todo o piso”, disse ao Estadão/Broadcast o secretário especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Maurício Muniz, um dos responsáveis pela elaboração do novo PAC. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arrecadação federal soma R\$ 1,344 trilhão entre janeiro e julho de 2023

Poder Executivo | 22/08/2023 – 18h12min

A arrecadação total das receitas federais alcançou R\$ 1,344 trilhão no acumulado entre janeiro e julho de 2023. Esse resultado representa elevação de 4,07% em termos nominais e retração de 0,39% em termos reais (já descontada a inflação) em comparação a igual período do ano passado, quando o montante atingiu R\$ 1,292 trilhão (valores em preços correntes). Considerando dados referentes exclusivamente a julho, a arrecadação total das receitas federais foi de R\$ 201,829 bilhões, ou seja, retração de 0,37% em termos nominais e de 4,20% em termos reais na comparação com julho de 2022 (R\$ 202,588 bilhões). As informações foram divulgadas na terça-feira (22/8) pela Receita Federal do Brasil (RFB) em entrevista coletiva realizada na sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, quando foram anunciados os resultados de julho e, portanto, do acumulado relativo aos primeiros sete meses de 2023. Os dados foram apresentados e detalhados pelo chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias; e pelo coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Marcelo Gomide, auditores-fiscais da Receita Federal. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tebet diz que políticas públicas serão aperfeiçoadas

Poder Executivo | 22/08/2023 – 17h32min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que, por falta de coragem, os governos anteriores não aproveitaram as análises feitas pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) para aprimorar programas, projetos e políticas que movimentaram mais de R\$ 1 trilhão nos últimos anos. Ela garantiu que o atual governo mudará esse quadro. A declaração foi feita na terça-feira (22) durante o 1º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público. “Quero propor uma reflexão. Temos [ao longo dos anos] algumas políticas que já foram avaliadas. A pergunta é: por que, das 60 políticas públicas – que totalizaram mais de R\$ 1 trilhão em recursos públicos – que foram avaliadas nos últimos anos pelo CMAP, nenhuma foi redesenhada, cancelada ou anulada para dar lugar para outras mais eficientes?”, provocou a ministra durante a abertura do encontro. “Porque não se tinha coragem e a responsabilidade que nós estamos assumindo”, respondeu ela mesma. “Nós analisamos as recomendações do CMAP e monitoramos essas recomendações. Agora, nós seremos parceiros da CGU [Controladoria Geral da União] para que esse monitoramento não só chegue nos ministérios, mas para que saiam da gaveta”, complementou. Diversas avaliações de políticas públicas já foram concluídas pelo CMAP em áreas como assistência e previdência social; saúde; educação; infraestrutura; indústria, comércio, e empreendedorismo; defesa; justiça; segurança; agricultura; trabalho; transporte; energia; comunicação; ciência, tecnologia e inovação; habitação e saneamento, entre outras.

Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lula usa programa com apelo eleitoral para atrair PP para a base do governo

Poder Executivo | 23/08/2023 – 15h12min

Em meio ao impasse da reforma ministerial, o Progressistas (PP) sinalizou ao governo a disposição de assumir o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) fatiado, sem os programas Bolsa Família e Brasil sem Fome. Nesta hipótese, ainda em estudo, a joia da coroa seria o programa Água para Todos, com grande capilaridade no Nordeste e Minas Gerais, e que ainda será lançado. A proposta está sobre a mesa, e aguarda definição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que retorna no domingo (27) da viagem à África. Anunciado em abril, o Água para Todos seria lançado pelo presidente no dia 1º de setembro, em Natal, ao lado da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT). Na mesma data, Lula vai anunciar as obras do Estado incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na véspera, em 31 de agosto, Lula estará em Teresina, ao lado do titular do MDS, Wellington Dias, para o lançamento do programa Brasil sem Fome. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Consequências da retração chinesa ainda não estão claras, diz Haddad

Poder Executivo | 23/08/2023 – 13h54min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 4ª feira (23.ago.2023) que o tamanho do problema que a desaceleração da economia chinesa pode trazer ao Brasil ainda não está “suficientemente claro”, mas que o ministério acompanha o cenário diariamente. Segundo ele, há muitas discordâncias de como está o cenário da China e as consequências disso para outros países. “Nós estamos acompanhando sobretudo os 3 grandes blocos – China, Europa e EUA– que são grandes parceiros comerciais. Diariamente a Fazenda tem um relatório sobre o mundo. Continuamos acompanhando a China, mas o diagnóstico não está concluído. O tamanho do problema ainda não está suficientemente claro, pelo menos pelas informações que estamos recebendo”, declarou a jornalista na África do Sul, onde está para a Cúpula do Brics. O ministro disse ainda que pediu informações sobre o mercado chinês na 4ª, depois de preocupações na semana anterior relacionadas a taxa de juros da China. Segundo ele, “o lado externo deu uma arrefecida” e “só de a curva não inverter, já traz tranquilidade para as pessoas”. O PIB da China tem apresentado queda no crescimento desde 2007. Nos últimos 15 anos, a economia chinesa apresentou os menores dados para a taxa de crescimento em 2020 (2,2%), e 2022 (3,0%). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo é derrotado em comissão da Câmara na PEC do BNDES, mas manobra para evitar votação

Poder Legislativo | 23/08/2023 – 13h17min

Com apoio de parte da base governista, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados rejeitou na quarta-feira (23) requerimento do PT para retirar de pauta proposta de emenda constitucional (PEC) que determina que os empréstimos dos bancos públicos controlados pela União precisarão do aval do Congresso quando envolverem operações fora do Brasil. Foram 45 votos contra a retirada de pauta e apenas 18 a favor. A rejeição, contudo, não surtiu efeito diante da obstrução do PT e do “horário do almoço”. O presidente da CCJ, deputado Rui Falcão (PT-SP), informou que encerraria a sessão às 13h. “O senhor está contribuindo para a obstrução”, protestou o líder da oposição, deputado Carlos Jordy (PL-RJ). “É um direito da minoria obstruir o quanto quiser. Não tomo

isso como ameaça. Garantirei os processos de obstrução, como sempre respeitei”, respondeu Falcão. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula quer tirar dinheiro de ministério do MDB para inflar órgãos dados ao centrão

Poder Executivo | 23/08/2023 – 12h

O governo Lula (PT) quer retirar dinheiro do Ministério das Cidades, ocupado pelo MDB, e inflar o orçamento de órgãos comandados pelo centrão. A proposta é transferir mais R\$ 602 milhões para a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) e o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), que foram loteados para o grupo liderado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O Ministério das Cidades entrou na mira do centrão por críticas de demora na liberação de recursos usados por parlamentares para irrigar suas bases eleitorais e obter ganho político com projetos e obras públicas. O cargo do ministro Jader Filho (Cidades) não foi colocado na mesa de negociação para a dança de cadeiras da Esplanada para que o PP e o Republicanos entrem no primeiro escalão do governo Lula. No entanto, o centrão tem cobrado mais celeridade na distribuição de emendas. A desidratação da pasta de Cidades surgiu como uma solução para dar mais verba a dois órgãos com engrenagem azeitada para atender aos pedidos de parlamentares. O pedido de remanejamento partiu de integrantes da Câmara dos Deputados e foi acolhido pelo governo. A proposta foi enviada em despacho da Presidência no dia 2 de agosto. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Qual será o plano B para a taxaço das offshores?

Poder Executivo | 23/08/2023 – 11h22min

O governo vai enviar ao Congresso uma nova medida provisória do salário mínimo sem a taxaço das offshores, tema que seria encaminhado conjuntamente em um projeto de lei com urgência constitucional, que tem tramitação máxima de 45 dias. Com isso, a compensação para o aumento da faixa de isenção do imposto de renda ficaria seria feita por tributação de fundos exclusivos do governo. Dario Durigan, secretário Executivo da Fazenda, passou o dia em discussão no Congresso. A saída encontrada, porém, esbarrou em um impasse: a tramitação do projeto deve se estender até outubro, em razão dos prazos constitucionais. Se não encontrar um plano B até lá, não haverá fonte segura pra compensar os reajustes do salário mínimo e dos servidores. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo editará Medida Provisória para tributar fundos exclusivos

Poder Executivo | 22/08/2023 – 22h52min

Com a expectativa de arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões, nas estimativas mais conservadoras, o governo editará uma medida provisória para tributar fundos exclusivos, disse na terça-feira (22) o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. A medida provisória que tributa offshores (empresas de investimentos no exterior) ficará para um projeto de lei. Inicialmente, a tributação das offshores tinha como objetivo financiar o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda. As duas propostas constam da Medida Provisória 1.171, editada no fim de abril e que precisa ser votada até a próxima segunda-feira (28) para não perder a validade. A tributação também é para atingir a meta de zerar o déficit primário em 2024, estabelecida pelo novo arcabouço fiscal. Com a resistência de parlamentares à tributação das offshores, o governo decidiu transferir o tema para um projeto de lei e passar a tributar os fundos exclusivos, instrumentos personalizados de investimentos, com um único cotista, que exigem pelo menos R\$ 10 milhões de entrada.

Atualmente, apenas 2,5 mil brasileiros aplicam nesses fundos, que acumulam patrimônio de R\$ 756,8 bilhões e respondem por 12,3% da indústria de fundos no país. Atualmente, os fundos exclusivos pagam Imposto de Renda (IR), mas apenas no momento do resgate e com tabela regressiva, quanto mais tempo de aplicação, menor o imposto. O governo quer igualar os fundos exclusivos aos demais fundos de investimento, com cobrança semestral de IR conhecida como come-cotas. A princípio, está prevista uma alíquota em torno de 10% sobre os rendimentos a cada semestre. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senadores cobram fim da desigualdade digital em audiência com presidente da Anatel

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 18h26min

O acesso à internet e à telefonia celular disparou no Brasil nas últimas décadas, mas a desigualdade digital está piorando. A questão foi debatida com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado (CI). Vários programas de acesso à internet nas escolas públicas têm sido implementados ao longo dos anos, mas muitas instituições têm demonstrado limitações para conseguir potencializar essa utilização em termos pedagógicos. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira diz não ser contra taxar fundos, mas defende planejamento

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 18h15min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), confirmou o acordo para retirar da MP 1171/23 o dispositivo que trata da taxaço das offshores. Ele disse que não é contra taxar nenhum tipo de fundo, mas destacou que o Brasil precisa de planejamento para não haver perdas de recursos. Segundo Lira, é um cuidado importante para que não ocorra fuga de capital, como aconteceu na Argentina. “A única coisa que não interessa ao País é taxar e perder recursos. Houve um acordo para votar a proposta do salário mínimo com o compromisso do governo de mandar nova MP dos fundos e um projeto de lei tratando dos fundos offshores, para que em duas a três semanas possamos votar”, disse Lira. O presidente voltou a defender o papel da Câmara na votação das propostas econômicas do governo que interessam ao País. Segundo ele, não há crise com o governo, mas não houve acordo para que o tema das offshores entrasse nas MPs. Lira disse ainda que a proposta que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para alguns setores da economia (PL 1016/23) será votada na próxima terça-feira (29). Segundo ele, será votado tanto o requerimento de urgência quanto o mérito do texto. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líder do governo confirma acordo para retirar offshores da MP do reajuste do salário mínimo

Poder Legislativo | 22/08/2023 – 18h09min

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), confirmou que foi feito um acordo entre os líderes partidários e o presidente da Câmara, Arthur Lira, para retirar a taxaço sobre quem tem aplicação de capital em países estrangeiros (offshores). Guimarães explicou que a parte retirada será encaminhada ao Congresso por meio de um projeto de lei com urgência constitucional. Ele também disse que as MPs 1171/23, que trata do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), e a 1172/23, que reajustou o salário mínimo para R\$ 1.320 serão fundidas em um único texto para facilitar a tramitação. Guimarães explicou ainda que, como o reajuste da tabela do IRPF depende de compensação financeira (fonte de arrecadação), uma MP com o mesmo conteúdo será editada para que os efeitos de arrecadação sejam imediatos. Segundo ele, o texto da MP irá caducar, mas o Congresso já

terá votado o projeto que trata das offshores e de outras fontes de recursos. “Vamos construir um entendimento até amanhã, e até amanhã teremos um texto final que é como vamos pactuar para resolver o problema da taxaço de offshores. Não tem uma solução definitiva sobre esse ponto, mas há um esforço coletivo entre os líderes para buscar um entendimento que preserve aquilo que, para o governo, é fundamental: garantir a redução do Imposto de Renda nos níveis até R\$ 2.640, e não voltar atrás”, disse Guimarães. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Líderes do Brics concordam em expandir bloco, diz chanceler da África do Sul

Poder Executivo | 23/08/2023 – 15h30min

Os líderes do Brics, bloco atualmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, concordam em desenvolver mecanismos para admitir novos membros, disse na quarta-feira (24) o governo sul-africano. Na prática, a decisão abre caminho para nações interessadas se juntarem ao grupo que se comprometeu a defender o chamado Sul Global. "Concordamos sobre a questão da expansão", disse a ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Naledi Pandor, à Ubuntu Radio, uma emissora administrada por seu ministério, após uma reunião dos líderes do Brics em uma cúpula de três dias em Joanesburgo. "Temos um documento que adotamos que estabelece diretrizes e princípios, processos para considerar países que desejam se tornar membros do Brics. Isso é muito positivo." O acordo de expansão pode ajudar a dar influência global ao Brics em um momento em que a polarização geopolítica está estimulando esforços de Pequim e Moscou para transformá-lo em uma espécie de contraponto ao Ocidente. O presidente Lula (PT), no entanto, tem dito que o bloco não tem a intenção de ser um antagonista de outros grupos, como o G7, tampouco de fazer frente aos Estados Unidos. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Moeda para transações reduz vulnerabilidades do Brics, diz Lula

Poder Executivo | 23/08/2023 – 07h58min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na 4ª feira (23.ago.2023), durante reunião aberta do Brics, na África do Sul, que uma nova moeda para transações e investimento do grupo diminuiria as vulnerabilidades do bloco. “A criação de uma moeda para as transações comerciais e de investimento entre os membros do Brics aumentam as nossas opções de pagamento e reduzem nossas vulnerabilidades”, declarou. Um acordo por método unificado de pagamento é um dos principais assuntos entre os países do bloco econômico. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cúpula do Brics tem plenária principal na quarta-feira

Poder Executivo | 23/08/2023 – 06h06min

A 15ª Cúpula dos Chefes de Estado do Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, chega na quarta-feira (23) ao segundo dia, com a realização da plenária principal entre os chefes de Estado presentes ao encontro, em Joanesburgo, capital sul-africana. Na ocasião, cada um dos líderes fará um discurso. O encontro ocorre às 10h horas (horário local), 5h em Brasília. Esta é a primeira reunião do grupo realizada de forma presencial desde o início da pandemia de covid-19. Dos países do bloco, estão presencialmente os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Cyril Ramaphosa (África do Sul) e Xi Jinping (China), e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. O presidente da

Rússia, Vladimir Putin, participa de forma remota. Entre as questões que devem ser abordadas durante a plenária está a expansão do Brics. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, ao menos 22 países já manifestaram formalmente interesse em integrar o Brics. A lista inclui Argentina, Arábia Saudita e Irã. Outro tema chave dessa cúpula é o uso de moedas locais para transações comerciais entre os países do bloco. A partir das 6h horas, pelo horário de Brasília, a cúpula prossegue com uma plenária ampliada, quando cerca de 40 países convidados, em sua maioria chefes de Estado e de governo de nações interessadas em ingressar no bloco, procedentes da África, da América do Sul, do Caribe e da Ásia, deverão participar. Na quinta-feira (24), último dia da cúpula, estão previstas duas sessões de diálogo de países amigos do Brics, que incluem iniciativas de projeto de cooperação envolvendo nações do continente africano (Brics-Africa Outreach) e de outras regiões do planeta (Brics Plus). Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula participa de reunião com líderes do Brics em segundo dia de agenda na África do Sul

Poder Executivo | **23/08/2023 – 00h**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participa na quarta-feira (23) da primeira sessão com chefes de governo e Estado do Brics — bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em seu segundo dia de agenda, Lula participará da sessão plenária restrita da cúpula do Brics. Depois, participa de uma reunião ampliada. Lula chegou a Joanesburgo, capital da África do Sul, na segunda (21). A cidade é a sede do 15º encontro de chefes de Estado do bloco. Na terça (22), primeiro dia do encontro, o petista discursou e defendeu uma reaproximação com países africanos, dos quais, segundo ele, o Brasil "nunca deveria ter se afastado". A viagem de Lula pelo continente africano também incluirá visitas a Angola e São Tomé e Príncipe. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líderes do Brics poderão anunciar novos membros na quinta-feira

Poder Executivo | **22/08/2023 – 20h35min**

O Brics poderá sair maior da reunião de líderes do bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, na cidade sul-africana de Johannesburgo. Um dos 23 países que pediram para entrar no grupo e que tem chances de conseguir, sob o patrocínio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é a Argentina. Outras nações vistas como aceitáveis como novos membros são Indonésia, Arábia Saudita e Indonésia. Os líderes do Brics e seus chanceleres podem anunciar a ampliação do Brics na quinta-feira. Mas tudo vai depender da definição dos critérios e de posicionamentos políticos que cada um deve tomar. O exemplo mais forte é o da China, que defende o aumento do bloco, mas resiste em anunciar apoio à candidatura de Brasil, Índia e África do Sul a vagas permanentes no Conselho de Segurança da ONU. Junto com Estados Unidos, Reino Unido, França e Rússia, os chineses são membros permanentes e, ao contrário dos demais, jamais se mostraram favoráveis a uma reforma do sistema. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fórum Empresarial do Brics mostrou força do bloco, diz Lula

Poder Executivo | **22/08/2023 – 18h59min**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou na 3ª feira (22.ago.2023) que o Fórum Empresarial do Brics (bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) "mostrou a força" do grupo "no desenvolvimento mútuo e de outros países do Sul Global". Lula afirmou em seu perfil no X (ex-Twitter) que "com a integração solidária e

justa entre nossos países” e “a parceria do setor privado” o bloco vai avançar. O evento faz parte da programação da 15ª cúpula do Brics, que começou na 3ª (22.ago) em Joanesburgo, na África do Sul. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br